



Governo de Moçambique deve pronunciar-se sobre o escândalo da queima de corpos em Cabo Delgado

- Uma comunicação do Governo é importante para afastar suspeições de que esteja em marcha um plano de abafar o caso. - Continuamos a defender criação de um Painel independente para a investigação do caso.



Quase um mês depois, o Governo de Moçambique ainda não disse uma palavra sequer sobre o chocante vídeo que mostra um grupo de militares, num ambiente descontraído, a queimarem corpos, em Nangade, Cabo Delgado, Norte do País. O silêncio sepulcral começa a preocupar uma vez que não se sabe qual é o pensamento do Governo sobre o acto que está a chocar o Mundo. Uma comunicação do Governo, neste momento, é importante porque vai deixar vincada a posição do País sobre o assunto e afastar quaisquer suspeições sobre um eventual plano com vista a abafar o caso.

No vídeo em alusão (com a duração de quase 20 segundos e que teria sido feito em Novembro de 2022, em Nangade), dois militares, com fardamento da Força de Defesa Nacional Sul-Africana, atiram um corpo para um monte de lixo em chamas. Nesse lixo já tinha sido jogado outro corpo em chamas perante olhar cúmplice de outros militares.

Um dos militares, que filma a cena, enverga o fardamento da Força de Defesa Nacional Sul-Africana, e faz parte da Missão Militar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SAMIM), que ajuda Moçambique no combate ao extremismo violento que desde 5 de Outubro de 2017 afecta os distritos a Norte de Cabo Delgado, e, desde o ano passado, parte das províncias de Niassa e Nampula.

O CDD defende que o Governo de Moçambique deve pronunciar-se sobre o sucedido. Já passa muito tempo. A tropa da SADC está em Moçambique a convite do Governo. É o nome e a reputação de todo o País que está em causa.

O silêncio já está a preocupar e a levantar suspeições de que eventualmente esteja em marcha um plano com vista a abafar o escândalo. As suspeições ganham força tendo em conta o facto de que o Governo sempre protegeu os militares em situações do género. Em 2020, um vídeo posto a circular mostrou um grupo de militares a executarem uma mulher nua e indefesa em Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado. Depois de espancada, a mulher foi morta por 36 disparos de metralhadora. O Governo distanciou-se do caso.¹

Uma comunicação do Governo, neste momento, é importante porque vai deixar vincada a posição do País sobre o assunto e afastar quaisquer suspeições sobre um eventual plano com vista a abafar o caso.

Lembre-se que, na sequência das imagens, Pretória despachou, para Moçambique, uma equipa da Força de Defesa Nacional Sul-Africana para investigar o sucedido. Segundo o Major-General Sandile Hlongwa, que é comandante do quartel-general de Operações Conjuntas em Pretória, representantes da Unidade de Informações de Defesa, das Operações Conjuntas e do Departamento Jurídico do Exército integram a equipa, que está em Cabo Delgado desde sexta-feira, 13 de Janeiro.

O CDD é do entendimento de que não é satisfatório que seja o Exército sul-africano a investigar actos praticados pelos seus membros.

Uma investigação feita pelo Exército sul-africano aos seus membros não dá garantias de transparência e isenção. Há, à partida, conflito de interesses nesta empreitada, uma vez que teríamos soldados sul-africanos a investigarem os seus pares. Entendemos que é pouco provável que a investigação traga resultados que levem à responsabilização dos prevaricadores.

Por isso, somos, para além do pronunciamento do Governo, pela criação, com alguma urgência, de um Painel Independente para a investigação para apurar a veracidade dos factos. A queima de corpos viola o Direito Humanitário Internacional. Num comunicado emitido na semana passada, a Amnistia Internacional considera que a queima de cadáveres viola as normas humanitárias internacionais, que proíbem a mutilação de cadáveres e exige que os mortos sejam descartados com respeito.²

Um Painel independente de investigação vai permitir saber: o que levou os militares a tomarem aquela decisão (agiram por conta e risco próprios?); o ambiente que antecedeu à queima dos corpos (se houve tortura ou execuções); de quem são aqueles corpos (se de militares ou civis). Essa informação é importante para que os autores daqueles actos macabros sejam responsabilizados por violação dos Direitos Humanos.

¹ <https://www.voaportugues.com/a/ai-denuncia-video-horrendo-de-execucao-de-mulher-por-forcas-armadas-mocambicanas/5584481.html>

² <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/01/mozambique-video-showing-soldiers-burning-corpses/>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

